



## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

**REQUERIMENTO Nº , DE 2024**

(Do Sr. Ubiratan Sanderson)

Requer informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sr. RICARDO LEWANDOWSKI, sobre as medidas que têm sido adotadas pelo MJSP para a elaboração da Lei Orgânica da Polícia Federal.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento interno da Câmara dos Deputados, informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre as medidas que tem sido adotadas pelo MJSP para a elaboração da Lei Orgânica da Polícia Federal, bem como sobre a existência de grupo de trabalho para elaboração da referida lei. Em caso positivo, solicita, também, que sejam incluídos membros desta Comissão no referido grupo, de modo a colaborar com sua elaboração. Por oportuno, requer, por fim, que sejam disponibilizados os documentos e estudos até então elaborados sobre a Lei Orgânica da Polícia Federal.

### JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de requerimento que, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, solicita informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre o atual estágio de elaboração da Lei Orgânica da Polícia Federal, bem como sobre (in)existência de grupo de trabalho para sua confecção.

O art. 144 da Constituição Federal estabelece que a a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a





preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através da: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.

A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Não obstante sua importância institucional para a segurança pública do país, não existe, hoje, nenhum regramento que regule as atribuições dos cargos atuais, apenas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 9.266/1996, que reorganiza as classes da carreira policial federal, entre outras providências.

É nesse contexto, portanto, que apresento o presente requerimento de informações, de modo esta comissão possa contribuir com a modernização da estrutura funcional vigente na Polícia Federal.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2024.

Ubiratan SANDERSON

Deputado Federal (PL/RS)

